

A questão dos juros atrasados emperra a negociação desde o início

No dia 11 de outubro o Brasil apresentou aos bancos credores privados, em Nova York, a proposta de renegociação da dívida, cujo ponto principal era a transformação de todos os débitos do setor público (US\$ 51 bilhões) em novos títulos, com prazo de resgate de até 45 anos para resgate. O resgate desses títulos, bem como a quitação dos juros, ficaria condicionado à capacidade de pagamento do País, com base nos superávits fiscais que o Brasil vier a obter nos próximos anos. Esse ponto foi considerado "inegociável" pelo Brasil. A dívida seria trocada por novos títulos, de curto, médio e longo prazos, com juros diferenciados. Os juros atrasados (cerca de US\$ 8 bilhões) seriam somados ao principal.

O comitê de bancos credores rejeitou a proposta, principalmente a tese de que o Brasil não tinha capacidade de pagar os juros atrasados. A recusa dos bancos teve consequências: um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ficou congelado e as negociações com o Clube de Paris foram bloqueadas. E os bancos privados começaram a cortar as linhas de crédito de curto prazo que financiavam o comércio exterior.

Em 15 de outubro, o comitê de bancos credores comunicou que: 1) a proposta apresentada no dia 11 fora "inteiramente rejeitada"; 2) a renegociação só

começaria quando os juros atrasados fossem pagos.

No dia 23 de outubro, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello foi ao Congresso explicar a proposta e conquistou o apoio dos parlamentares. Zélia prometeu enviar cópias da proposta e informar sempre a Câmara, e especialmente o Senado, sobre as negociações.

Dois dias depois, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou o projeto de resolução de Fernando Henrique Cardoso que determina limites e condições para a renegociação da dívida externa. A principal delas: fica vedado qualquer pagamento de juros atrasados aos bancos privados antes de o Senado aprovar os contratos.

No dia 6, em Nova York, os bancos credores apresentaram nova proposta: o Brasil deveria pagar um terço (US\$ 2,5 bilhões) dos juros atrasados até o final do ano. Em troca, aceitavam capitalizar o restante.

No dia 9, o governo começou a mudar de posição e dar sinais de que aceitava pagar parte dos juros. O embaixador Jório Dauster, negociador oficial, recebe instruções para oferecer "algum pagamento" dos juros atrasados, mas recusar a proposta de quitar US\$ 2,5 bilhões. E em Tóquio, o presidente Fernando Collor recebe pressões de japoneses e americanos para pagar os juros atrasados.